



PRONATEC: ESTUDO DE CASO REALIZADO EM UM CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO, EM BELO HORIZONTE

Marina Lindaura Maranhã Contarine*
 Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira**

*Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).
 E-mail:
 marina.contarine@yahoo.com

**Doutora pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC Minas.
 E-mail:
 dorinhapuc@hotmail.com

Recebido para publicação em:
 25.04.2014
Aprovado em: 15.06.2014

Resumo

Este trabalho é fruto de uma pesquisa que teve como objeto de estudo o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), especificamente, a análise de um Curso Técnico de Nível Médio, ofertado por uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa Quali-Quant, na qual foram aplicados questionários, entrevistas individuais e grupos focais a 46 sujeitos: quatro gestores, 12 instrutores e 30 alunos do Curso Técnico em Edificações. Constatou-se que o Pronatec e o curso pesquisado foram bem avaliados pelos sujeitos da pesquisa.

Palavras-chave: Pronatec. Políticas Públicas. Educação Profissional.

Abstract

This work is the result for a research which study object was the National Programa for Access to Technical Education and Employment (Pronatec), specifically, the analysis of a High school Level Technical Course, offered by a unit of the National Service for Industrial Apprenticeship (Senai). Methodologically, a Qualitative-Quantitative research was carried out, in which questionnaires, individual interviews and focus groups were applied to 46 subjects: four managers, 12 instructors and 30 students of the Technical Course in Buildings. It was noted that Pronatec and the researched course were well evaluated by the subjects of the research.

Keywords: Pronatec. Public Policies. Vocational education.

Resumen

Este trabajo es el resultado de una investigación que objetivó el estudio del Programa Nacional de Acceso a la Enseñanza Técnica y Empleo (Pronatec), específicamente, el análisis de un Curso Técnico de Nivel Medio, ofrecido por una unidad del Servicio Nacional de Aprendizaje Industrial (Senai). Metodológicamente, una investigación Cualitativa-Cuantitativa se desarrolló, en la que se aplicaron cuestionarios, entrevistas individuales y grupos focales a 46 sujetos: cuatro gestores, 12 instructores y 30 estudiantes del Curso Técnico en Edificaciones. Se constató que el Pronatec y el curso investigado fueron bien evaluados por los sujetos de la investigación.

Palabras clave: Pronatec. Políticas Públicas. Educación profesional.

Introdução

Este artigo é originário da pesquisa realizada no âmbito do Mestrado, do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), intitulada “Políticas Públicas para a Educação Profissional: estudo em um Curso Técnico de Nível Médio, ofertado pelo Pronatec, em Belo Horizonte”. Esta investigação teve como objetivo principal analisar o processo de formação técnica de nível médio em um Curso Técnico em Edificações, ofertado pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) sediada em Belo Horizonte.

Justifica-se a realização deste estudo, tanto devido à carência de pesquisas sobre o Pronatec quanto por se tratar de um Programa, recentemente, criado pelo Governo Federal.

Este artigo divide-se em itens, que mantêm uma grande articulação entre si: Introdução; Breve Exposição sobre o Pronatec; Apresentação dos Dados Coletados pela Pesquisa e, por fim, a Conclusão.

O Pronatec: breve apresentação

O Pronatec foi criado, por meio da Lei nº 12.513/2011, no decorrer do Governo de Dilma Rousseff. Seu objetivo visa expandir, interiorizar e democratizar a oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira, especialmente, para promover a capacitação de jovens. Nessa perspectiva, estão disponibilizados subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, para os quais vêm sendo ofertados, até o fim deste ano, isto é, de 2014, 8 milhões de vagas para a Educação Profissional. Entre os subprogramas, destacam-se: a Bolsa-Formação e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) Técnico; a consolidação da Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec); o fomento às Redes Estaduais de Educação Profissional e Técnica, por intermédio do Programa Brasil Profissionalizado; o Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem (SNA)



• • • • • • • • • •

A respeito do Pronatec, no levantamento bibliográfico realizado, constatou-se que existe uma carência de publicações

• • • • • • • • • •

e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2012a).

O público beneficiado por esse Programa é composto por: estudantes do Ensino Médio da Rede Pública, inclusive, os vinculados à Educação de Jovens e Adultos (EJA); trabalhadores; beneficiários dos Programas Federais de Transferência de Renda; e egressos que tenham cursado o Ensino Médio completo, em Escola da Rede Pública de Ensino, ou em Instituições Privadas, na condição de bolsista integral.

Pelo Pronatec são ofertados Cursos Técnicos de Nível Médio, com duração mínima de um ano, e Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), ou de Qualificação Profissional, com duração mínima de dois meses. Esses cursos podem ser oferecidos em escolas públicas, federais, estaduais e municipais, e nas unidades do chamado Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional da Aprendizagem Rural (Senar) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat). Também estão disponíveis em instituições privadas de Ensino Superior e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, 2012b).


A respeito do Pronatec, no levantamento bibliográfico realizado, constatou-se que existe uma carência de publicações. Algumas dessas poucas produções acadêmicas foram elaboradas por pesquisadores ligados, sobretudo, ao campo do Trabalho e da Educação que fizeram questionamentos e críticas a esse Programa.

Alguns dos autores dos artigos identificados foram: Silva (2012); Saldanha (2012); Guimarães (2012); Marcelo Lima (2012); Marcos Lima (2012); Castioni (2013); Santos (2012); Franzoi, Silva e Costa (2013); Machado e Garcia (2013) e Santos e Rodrigues (2012); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE (2011); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – Contee (2013); entre outros.

Resumidamente, as críticas desses autores ligam-se, sobretudo: à transferência de recursos públicos para instituições privadas, especialmente, por meio da parceria pública/privada; ao reducionismo curricular; à questão referente à não integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional; à determinação de o trabalhador, assistido pelo seguro-desemprego, ter de realizar curso de EPT; às semelhanças do Pronatec com os programas conservadores e liberais, como Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (Pipmo) e o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor).

A Pesquisa realizada: informações iniciais

Enfatiza-se que foi realizada uma pesquisa que privilegiou a abordagem Quali-Quant, ou seja, uma investigação que promove o diálogo entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa. Todavia, foi dada prioridade à pesquisa qualitativa, dando-se ênfase à realização de um estudo de caso. O local da



pesquisa, conforme foi informado, foi uma unidade do Senai, situada em Belo Horizonte. Por uma questão ética, nem o nome da unidade que foi investigada nem os nomes dos sujeitos que participaram desta investigação serão revelados.

Como esta pesquisa foi realizada em uma instituição vinculada ao Senai, considerou-se importante tecer, de forma sucinta, algumas considerações sobre ele. Assim, explicita-se que o Senai foi criado pelo Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Inicialmente Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, mais tarde, passou a ser denominado Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Sua criação ocorreu, em decorrência da necessidade de se capacitar a força de trabalho, em um momento de crescimento do processo de industrialização no país, ocorrido na chamada Era Vargas. Para Cunha (2000, p. 46), o Senai foi uma imposição do Governo Vargas ao empresariado: “[...] ao invés de cria dos industriais, o Senai lhes foi imposto pelo Estado”. Segundo esse autor, embora criado por determinação de Vargas, a constituição e a direção do referido sistema ficaram a cargo de uma instituição privada, a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Dessa forma, a investigação feita, como foi explicitado, em uma unidade do Senai, utilizou como instrumentos de pesquisa: a análise documental, a observação livre, o questionário e as entrevistas semiestruturadas. Os questionários que traçaram os perfis dos sujeitos desta investigação, ou seja, quatro gestores, 12 instrutores¹ e 30 alunos, foram, integralmente, por eles respondidos, totalizando assim 46 respondentes.

Destaca-se que, no que tange à pesquisa qualitativa, com os gestores e instrutores foram realizadas entrevistas semiestruturadas e, em relação aos alunos, lançou-se mão de grupos focais.

Explicita-se que os dados quantitativos, obtidos pelos questionários, foram traduzidos em tabelas e analisados em consonância com os aportes da Estatística Descritiva. Por sua vez, os dados coletados pela pesquisa qualitativa foram trabalhados por meio da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2004).

Dados coletados pelo questionário: o perfil dos sujeitos da pesquisa

Nos perfis dos sujeitos que responderam o questionário, expostos a seguir, somente são apresentados os dados considerados como os mais importantes.

A) Gestores: residentes no município de Belo Horizonte (75%) e de Contagem (25%); Sexo/gênero: a maioria era do sexo feminino (75%); masculino (25%). Faixas etárias: 40 a 49 anos (50%); 25 a 29 anos (25%) e até 24 anos (25%). Estado civil: todos solteiros (100%) e não tinham filhos (100%). Nível de escolaridade: todos possuíam

Curso Superior, a maioria tinha Pós-graduação (75%), ou a estava cursando (25%). Renda familiar: acima de cinco salários mínimos (50%); até quatro salários mínimos (25%) e até três salários mínimos (25%).

B) Instrutores: residentes no município de Belo Horizonte (58,33%); Betim (16,68%); Contagem (8,33%); Nova Lima (8,33%); Santa Luzia (8,33%). Sexo/gênero: a maioria era do sexo masculino (83,33%); feminino (16,67%). Faixas etárias: 30 a 39 anos (41,67%); 40 a 49 anos (33,33%); 25 a 29 anos (16,67%); acima de 50 anos (8,33%). Estado civil: a maioria era casada (58,33%); solteiros (41,67%). Filhos: não tinham (66,67%); tinham filhos (33,33%). Nível de escolaridade: Curso Superior (25%); cursando Curso Superior (25%); Pós-graduação (33,34%); Habilitação Técnica de Nível Médio (8,33%); cursando Mestrado (8,33%). Renda individual: até cinco salários mínimos (41,67%); acima de cinco salários mínimos (41,67%); até quatro salários mínimos (16,66%). Renda familiar: a maioria desses sujeitos recebia acima de cinco salários mínimos (66,67%); até cinco salários mínimos (16,67%); até quatro salários mínimos (8,33%); sem resposta (8,33%).

C) Alunos: a maioria dos alunos residia em Belo Horizonte (56,67%). As outras cidades de residência fazem parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, sendo elas: Contagem (13,33%); Ribeirão das Neves (10%); Ibirité (6,67%); Betim (3,33%) e Santa Luzia (3,33%). Não responderam essa questão 6,67% dos alunos. Sexo/gênero: a maioria era do sexo feminino (70%); do sexo masculino (30%). Constatou-se, desse modo, a predominância de mulheres. Esse fato pode indicar uma mudança na questão de gênero, no campo da Educação Profissional, pois historicamente, alunos e professores dessa modalidade de educação, na sua maioria, são homens, sobretudo, na área de construção civil. Faixas Etárias: 14 a 19 anos (93,33%); 20 a 25 anos (6,67%). Estado civil e filhos: todos os alunos eram solteiros (100%) e afirmaram não ter filhos. Nível de escolaridade dos alunos: a maioria dos alunos já possuía o Ensino Médio (73,33%); cursavam o Ensino Superior (16,67%); cursavam o Ensino Médio concomitantemente ao Ensino Profissionalizante (10%). Escolaridade das mães: a maior parte tinha Ensino Fundamental incompleto (30%); Ensino Fundamental completo (20%); Ensino Médio incompleto (16,66%); Ensino Médio completo (20%); Ensino Superior completo (6,67%) e Pós-graduação completa (6,67%). Escolaridade dos pais: Ensino Fundamental incompleto (33,33%); Ensino Fundamental completo (13,35%); Ensino Médio completo (33,33%); Ensino Médio incompleto (10%); Ensino Técnico completo (3,33%); Ensino Superior completo (3,33%) e Ensino Superior incompleto (3,33%). Nenhum dos pais cursou Pós-graduação (0%). Renda familiar: 33,33% até três salários mínimos; 26,67% até quatro; 23,33% até dois e 16,67% acima de cinco salários mínimos. Renda individual: maioria não possuía renda (93,33%); um salário mínimo (6,67%), outras opções (0%).



Dados coletados pelas entrevistas

Nos dados coletados pelas entrevistas, reitera-se, por meio da realização das entrevistas individuais com os gestores e instrutores, e dos grupos focais com os alunos, que foram identificadas 12 categorias, as quais serão apresentadas, a seguir, de forma resumida.

Categoria 1. Escolha do curso, decisão pelo Pronatec e processo de seleção para ingressar no curso (alunos)

Os alunos, ao serem indagados sobre o motivo que os levaram a participar do Pronatec, relataram que não se candidataram, especificamente, para esse Programa, mas às vagas do Programa de Educação Profissional (PEP), desenvolvido pelo Governo de Minas Gerais, porém haviam ficado como excedentes. Algum tempo depois, a secretária da unidade do Senai pesquisada entrou em contato com eles, informando-lhes a possibilidade de adentrarem o curso de Edificações, vinculado ao Pronatec.

Nos depoimentos desses sujeitos, observou-se que, primeiramente, o motivo que os levaram a participar do Pronatec foi, sobretudo, o fato de o curso estar ligado à área da construção civil.

Eu não me candidatei diretamente para o Pronatec. Eu nem conhecia o Programa. Eu fiz a prova do PEP e fiquei como excedente. Aí, eles me ligaram falando que eu tinha conseguido, que eu tinha ficado excedente e eles iam fazer uma nova turma com esse pessoal excedente do PEP. E esse programa era o Pronatec. Como eu queria muito fazer o curso de Edificações e surgiu essa oportunidade, resolvi aceitar (Aluna 12).

Além do interesse pelo curso, constatou-se que a gratuidade foi o segundo fator que estimulou os jovens excedentes do PEP a nele ingressarem.

[...] todo mundo da nossa sala veio do PEP, não, realmente, visava ao Pronatec. Mas é o curso que eu almejava, já há algum tempo, um ano mais ou menos antes de eu começar. Aí surgiu a oportunidade de fazer, e outra coisa é que o Pronatec é gratuito e a gente recebe a passagem. Aí, uniu o útil ao agradável. Uma coisa que eu estava querendo, que eu não tinha condições de pagar e o Governo deu essa oportunidade, eu abracei (Aluna 22).

Categoria 2: Avaliação da implementação e desenvolvimento do Pronatec na instituição pesquisada e acompanhamento pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec /MEC) dos cursos ofertados pelo Programa (gestores e instrutores)

Os gestores pesquisados ressaltaram que a implementação se constituiu como um processo trabalhoso e difícil, que aumentou o número de alunos, exigindo a realização de adaptações de infraestrutura, organizacionais e no âmbito do trabalho dos instrutores, que tiveram suas atividades laborais aumentadas.



Olha, o Pronatec, desde o início, desde que foi lançado pela presidente Dilma, ele sofreu já várias mudanças. Não foi um processo simples, porque nossas escolas não estavam preparadas. Realmente, ele alavancou, aumentou muito a demanda que nós tínhamos e isso nos fez investir muito mais e ter que adaptar, adequar a nossa estrutura física, de instrutores, para conseguir atender a essa nova demanda. [...] Eu acho que, agora, nós já chegamos a um ponto que estamos bem alinhados, a parte executora da parte de demandante e junto com o que está sendo determinado pelo Governo Federal, que é o patrono do Programa. Então, acho que foi um caminho bem difícil, bem árduo, não foi simples, mas agora nós já adquirimos um entendimento melhor do que é Pronatec e nós estamos conseguindo executar os processos com mais tranquilidade (Gestor 1).

• • • • •
A implementação se constituiu como um processo trabalhoso e difícil, que aumentou o número de alunos, exigindo a realização de adaptações
 • • • • •

Os instrutores informaram que não participaram do processo de implementação do Pronatec na instituição, mas afirmaram que foram realizadas reuniões, para comunicar os cursos.

Participar, diretamente, não. Foi comentado, sim, na instituição, que teria o Pronatec... E, logo depois que foi implantado, nós tivemos uma reunião, reunião interna, pra disseminar essa informação. A partir daí, nós ficamos sabendo o quê era realmente o Pronatec, qual era o público do Pronatec e a sua finalidade (Instrutor 3).

No que concerne ao acompanhamento do Pronatec na instituição, constatou-se que havia uma funcionária, uma coordenadora do Programa, responsável por monitorá-lo. Verificou-se, também, que os cursos eram acompanhados pelo diretor, supervisores pedagógicos e técnicos. No que se refere ao MEC, o acompanhamento vem se processando por intermédio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) e de auditorias realizadas nas instituições que ofertam o Pronatec. Todavia, até a época da realização desta pesquisa, a instituição não havia recebido visita de representantes desse Ministério, ou de órgão a ele ligado. Assim, até então, o acompanhamento era feito, apenas, por meio do site do Sistec e da mencionada coordenadora.

Com relação ao acompanhamento do Pronatec, isso é diário. Vou falar que é feito o acompanhamento *online*, digamos assim, porque lá na Sede existe uma equipe específica para trabalhar as questões do Pronatec. [...] Aqui na unidade, eu tenho uma coordenadora do Pronatec que trabalha *full time* com os processos do Pronatec. Ela me municia, monitora tudo que está acontecendo. Ela tem um canal direto com a Sede e isso facilita [...] Aqui, nós temos esse canal direto com coordenadora do Pronatec e nós, eu, diretor, junto com as supervisoras pedagógicas e as supervisoras técnicas, tomamos todas as medidas cabíveis aqui, dentro do que está previsto, para atender e prover as condições para atender aos cursos (Gestor 1).

Geralmente, são feitas auditorias por meio do Sistec. O pessoal da secretaria tem que lançar as informações [...] Só que tem também a questão da auditoria. Nós até hoje não recebemos a auditoria do Pronatec exatamente. A gente já teve algumas auditorias internas, mas a nossa unidade, específica, ainda não recebeu uma auditoria do Pronatec. Porém, eles fazem esse acompanhamento (Gestora 2).



Categoria 3: Avaliação do Pronatec como política pública (gestores, instrutores e alunos)

Todos os sujeitos entrevistados avaliaram o Pronatec como importante iniciativa para promover qualificação profissional, especialmente dos jovens, mas criticaram algumas questões.

Os gestores relataram que o Pronatec era uma iniciativa positiva e válida, criada pelo Governo Federal.


A intenção do Programa é muito válida hoje para a educação. Só que tem a questão de formar o aluno como profissional. A maioria dos alunos que a gente recebe são oriundos de escola pública, e tem também os que são alunos do Ensino Médio. Então, querendo ou não, já é uma formação profissional, para aluno que não está inserido no mercado de trabalho, ele vai se formar, geralmente no 3º ano, junto com o técnico. Isso é bacana, pra inserção desse jovem, não é?! (Gestora 2)

Contudo, apesar de avaliarem positivamente o Pronatec, alguns gestores ressaltaram a existência de algumas falhas que vinham ocorrendo. Uma Gestora criticou tanto a pouca divulgação na implementação quanto a infraestrutura que era inadequada em muitas instituições que ofertavam cursos do referido Programa.

A ideia principal do projeto é interessante. Esse processo de qualificação, nesse mercado que a gente tem aí, principalmente focando mais o nosso aqui, o mercado da construção civil, é um mercado em constante crescimento e é uma ideia a princípio muito válida. Tem as dificuldades, sim, tem as dificuldades que eu digo de divulgação até, que eu acho que foi muito pouco divulgado, é um projeto muito pouco divulgado e as dificuldades até mesmo de infraestrutura de atendimento, eu não digo pela nossa escola aqui, porque o que a gerência tem feito está muito dentro do que é disponibilizado para ela, mas tem muito problema de infraestrutura no atendimento desses cursos, entendeu? (Gestora 4).

Quatro instrutores afirmaram que o Pronatec se constituía um ótimo Programa, que poderia contribuir para a capacitação profissional, especialmente da juventude. Embora considerassem que o Pronatec era uma boa iniciativa, sete instrutores fizeram algumas ressalvas: carência de processo seletivo, e defasagens dos alunos, no âmbito da Educação Básica.

A ideia do programa é fantástica, a ideia é muito boa, de melhorar o nível de Educação Profissional no país, que é uma das demandas que nós temos em grande escala, porque a mão de obra qualificada está em falta no mercado. Eu só fico um pouco receoso com os critérios que eles utilizam para indicar essas pessoas. Porque, aqui, a gente vê uma diferença grande no nível das turmas. Tem turma com uma remessa muito boa de alunos e tem outra remessa que vem com deficiência muito grande do Ensino Básico, sabe? [...] (Instrutor 6).



Os alunos avaliaram o Pronatec de modo positivo, notadamente, como importante iniciativa para promover qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho e oportunidade de os estudantes das escolas públicas que, geralmente, têm carência, tanto do capital financeiro quanto do capital cultural, ingressarem em um Curso Técnico de qualidade.

[...] o Pronatec é uma oportunidade muito bacana, para quem quer uma oportunidade de se profissionalizar, ter um bom emprego. E foi uma iniciativa muito bacana porque estamos precisando de mão de obra [...] (Aluna 22).

[...] Eu acho que o Brasil atual dá muita oportunidade, mas por mais que fosse para todo mundo, sempre quem estava na escola particular tinha um pé muito mais à frente. E com o Pronatec eu não achei que foi assim. Foi mais quem está precisando, mesmo, quem veio de escola pública, que teve a chance, eu gostei do Programa (Aluna 24).

Contudo, alguns alunos questionaram o fato de o espaço da instituição estar ficando pequeno, pelo aumento do número de estudantes oriundos do Pronatec, e reclamaram das poucas informações que, quando iniciaram o curso, tiveram sobre o Programa em pauta.

Categoria 4: Avaliação do perfil dos alunos do Pronatec e as medidas tomadas para superar possíveis defasagens (gestores e instrutores)

Quando questionados sobre o perfil dos estudantes do Pronatec, verificou-se que esses sujeitos deram respostas diferentes: um grupo deles afirmou que os alunos não se diferenciavam dos outros estudantes, pois, segundo os mesmos, o empenho e o comprometimento dependiam dos alunos; outro grupo levantou questões socioculturais referentes aos alunos, mencionando que eram oriundos de classes menos favorecidas e, conseqüentemente, tinham reduzido capital cultural², e finalmente, outros sujeitos se referiram à defasagem dos estudantes, nos conteúdos da Educação Básica que, segundo alguns respondentes, decorria de não ter havido um processo seletivo, e, assim, ingressaram alunos que no PEP estavam como excedentes, fato esse que poderia denotar que não haviam obtido êxito na seleção feita, por esse Programa, que como se sabe, apresenta um nível muito reduzido de dificuldade, conforme foi constatado em pesquisa realizada por Oliveira et al (2011).

A dificuldade que o aluno Pronatec tem é muito parecida, não é? Um pouco de dificuldade na matemática, na parte conceitual da física, parece que vem do Ensino Médio, como alguma barreira, não é? Algumas barreiras assim eu entendo que são normais. Têm escolas particulares em que os alunos têm dificuldades em matemática, conceitos de física, química (Instrutor 11).

[...] A primeira turma de Pronatec que eu peguei foi essa turma “X”. E não teve um processo seletivo [do Pronatec] para essa turma. A turma foi formada de excedentes do PEP. A segunda que eu peguei, que foi a turma “Y”, não teve [nenhum] processo seletivo. Aí, a gente pôde perceber porque o nível da turma “X” é maior. O nível da turma “Y” é bem menor (Instrutor 7).

No que tange às medidas tomadas pela instituição para minimizar ou superar as defasagens dos alunos, as quais vieram da Educação Básica, alguns sujeitos relataram que uma das medidas tomadas, no âmbito dos conteúdos de português e de matemática, foi ministrar um rápido curso de embasamento nos conteúdos dessas disciplinas, visando a certo nivelamento: “A instituição fez um quadro, uma grade curricular que tinha aulas de matemática e de português, para dar um reforço” (Instrutor 1).

Os instrutores também relataram que procuravam acompanhar os estudantes de forma mais individualizada, por meio da aplicação de exercícios, da explicação dos conteúdos e procurando responder de forma clara os questionamentos.

Em síntese, observou-se que os instrutores criavam condições favoráveis para que os alunos compreendessem e internalizassem os conteúdos ministrados. Para Luckesi (2002), o professor deve atentar-se às dificuldades de aprendizagem dos alunos, pois o ponto de partida para a criação de suas habilidades consiste na compreensão do conteúdo proposto.

Categoria 5: Dificuldades e facilidades no decorrer do curso (gestores, instrutores e alunos)

Para os gestores, superada a fase inicial de implementação do Pronatec, a dificuldade era o Sistec, que, segundo eles, apresentava falhas, sobretudo, no que tange à lentidão do sistema informacional.

Então, o Sistec é o sistema gerenciador desses processos do Pronatec, falho. Muito falho! Um sistema muito difícil de a gente trabalhar, problemas de acessibilidade, problema técnico, problema até mesmo de carga das informações [...] (Gestora 3).

As dificuldades identificadas por alguns instrutores dizem respeito à falta de interesse, de participação e/ou de respeito de alguns alunos. Nesse sentido, Vieira (2002) salienta que o comportamento insatisfatório dos alunos é um dos piores problemas enfrentados pelos professores. A esse respeito, o Instrutor 2 assim se expressou: “A maior dificuldade que eu vejo é em relação aos alunos com falta de interesse. Isso é evidente. Isso é que atrapalha muito (Instrutor 2).

Os alunos declararam que conciliar o Ensino Técnico com Ensino Médio e alguns com o Ensino Superior era um dos problemas que tiveram no decorrer do curso. Além disso, alguns estudantes informaram como dificuldades: a distância entre a escola e a casa; a demora, no início do curso, do repasse da verba de transporte, pelo Governo Federal; a falta de base para acompanhar as disciplinas do curso profissional; a busca para encontrar campo de estágio, que não era obrigatório, mas muitos estudantes queriam fazer, para adentrarem, com maior facilidade, o mercado de trabalho.

• • • • •
Os alunos declararam que conciliar o Ensino Técnico com Ensino Médio e alguns com o Ensino Superior era um dos problemas que tiveram no decorrer do curso
 • • • • •

A maior dificuldade, para mim, é o estágio, porque eu fiquei um ano procurando estágio. [...] E também por causa do horário, eu estudo de tarde e para fazer estágio de manhã é muito difícil, quase impossível (Aluna 23).

Dificuldade é a aprendizagem, porque esse é o primeiro Curso Técnico da gente [...] Não é igual à escola, que você vai, aprende e depois você pode esquecer, não é? Aqui não, é profissionalizante, você tem que estar a par de tudo que aconteça, isso é uma das maiores dificuldades minhas (Aluno 29).

[...] No começo, a gente aprende coisa que não sabe. Fica meio difícil, mas a gente acaba pegando [o conteúdo] (Aluno 14).

Não, eu não tive dificuldade. No início, eu fiquei um pouco com medo, porque era uma coisa nova e eu não sabia como era o Curso Técnico. Depois, no decorrer do curso, deu para levar tudo, direitinho (Aluna 12).

Ao relatarem sobre as facilidades identificadas, os gestores informaram que o Pronatec aumentou a demanda e, conseqüentemente, ocorreu, também, o aumento do número de alunos na instituição, o que levou, por um lado, à necessidade de se fazer muitas adaptações. Por outro lado, a capacitação proporcionada aos alunos poderia possibilitar suas inserções no mercado de trabalho. Informaram, ainda, que a infraestrutura da instituição – laboratórios, oficinas e biblioteca, facilitava o bom funcionamento dos cursos. Os instrutores informaram, também, que a infraestrutura da instituição facilitava a aprendizagem e o trabalho do instrutor.

De facilidade, é pela infraestrutura que o Senai oferece, que faz o possível para desenvolver o curso, e o que ele oferece não tem diferença para o aluno que entra pelo processo seletivo. Então, assim, ele vai abrir vagas para o Pronatec, com a estrutura e o que ele puder dar de melhor (Gestora 3).

A grande maioria dos acertos estão voltados para a questão da relação do aluno com o professor. Então, com certeza, nós somos amparados



e o que a gente fala realmente é acatado. Isso contribui muito. Outra coisa que ajuda é a infraestrutura da escola, não é? (Instrutor 5).

Vieira (2002) constatou que a gestão da escola tem um papel fundamental na promoção da articulação com os demais funcionários, pois viabiliza um ritmo de trabalho condizente com o esperado, impedindo que a rotina do dia a dia se torne um empecilho ao desenvolvimento de um bom trabalho.

As facilidades identificadas pelos alunos se ligavam aos benefícios oferecidos pelo Pronatec, especialmente: a gratuidade do curso e o valor destinado para seus deslocamentos para a instituição.

A gente ganhou o material, a gente ganhou todas as apostilas e ganhou o caderno e uma pastinha. É o essencial, para quem não ia ganhar nada, acho que está ótimo. E a passagem, nossa turma, como foi uma das primeiras, ganhou o quanto precisava. Então, ajudou bastante para quem não tinha oportunidade maior de vir. E tem também o uniforme. Está dando oportunidade para todo mundo fazer o curso (Aluna 21).

Categoria 6. Avaliação da Bolsa-Formação e do material didático (gestores, instrutores e alunos)

Os alunos consideraram que os benefícios recebidos pelo Pronatec eram muito importantes e informaram que, especialmente, era fundamental o valor recebido para transporte, que era depositado, mensalmente, para os alunos pelo Governo Federal.

Além disso, mencionaram a relevância das apostilas, que facilitavam o acompanhamento das disciplinas. Essas apostilas eram elaboradas pelos instrutores, sendo as mesmas utilizadas em outros cursos ofertados pela instituição, em termos de qualidade e conteúdo. Todos os alunos atribuíram grande importância às apostilas e as avaliaram como “boas”, “didáticas” e “fáceis de entender”. Essas posições podem ser observadas nos relatos, a seguir:

Eu acho interessante, porque tem matéria que a gente chegou a usar quatro apostilas, por exemplo (Aluno 29).

Ajuda bastante, estimula também a querer estudar, porque quando a gente tem um benefício assim, quer fazer com que aquilo seja gratificante para nós. Principalmente, quando você almeja uma profissão futuramente. [...] (Aluna 24).

O material é o mesmo para todos os cursos. A diferença é que, no do Pronatec, a gente tem que colocar a logo do Pronatec. Mas em relação ao conteúdo, é o mesmo que é distribuído para os outros alunos. Claro que, se o instrutor quer colocar algum anexo pessoal pra turma dele, aí pode ter essa diferença, nesse sentido. Mas varia de instrutor pra instrutor. É como se fosse acrescentar o material didático. Mas o conteúdo da apostila é o mesmo pra todos os cursos. Então, do Pronatec também (Gestora 2).

Categoria 7: Evasão: prevenção, motivos e medidas tomadas (gestores, instrutores e alunos)

Para Lüscher e Dore (2011), a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que podem estar relacionados tanto aos estudantes e às suas famílias, quanto à escola e à comunidade em que vivem.

Constatou-se, por meio dos depoimentos desses sujeitos, que uma das formas de prevenção da evasão era fazer um acompanhamento diário da frequência. Por meio de um formulário, os instrutores acompanhavam as faltas dos alunos. Quando o aluno faltava duas vezes consecutivas, eles entravam em contato com o setor pedagógico, que por sua vez, fazia contato com o aluno. Segundo os gestores, a evasão no Pronatec ocorria em maior número nos Cursos de Qualificação, enquanto nos Cursos Técnicos de Nível Médio ela era menor. Nos Cursos Técnicos, os motivos da evasão eram: reprovação, dificuldade de conciliar trabalho e estudo, mudança de endereço e gravidez.

Explicita-se que, na turma pesquisada, a evasão pode ser considerada pequena, pois a turma iniciou-se com 35 alunos e se encontrava, no último módulo, com 31 alunos, assim, apenas, quatro alunos evadiram as aulas.

Quando aquele aluno vai desistir mesmo, ele não chega e fala direto 'vou desistir', ele começa a faltar. Então, é pelo sinal da falta que a gente vai identificando, entra em contato e começa o acompanhamento (Gestora 3).

No Curso Técnico, geralmente quando tem a evasão ou o cancelamento, é por causa de reprovação, o aluno não está dando conta de acompanhar, aí a gente tenta fazer o acompanhamento, coloca o monitor ou então, conversando com o aluno, verifica qual é a dificuldade. E muitos desistem porque conseguem emprego e tentam transferir pra outra unidade, se não tem naquela, eles desistem, não aguentam... Muitos desistem por causa do emprego ou então por causa de mudança de estado, de cidade. Os instrutores têm um formulário, que eles têm que passar pra gente com o controle e o acompanhamento de frequência (Gestora 2).

Em síntese, os alunos pesquisados declararam que não pretendiam evadir os estudos, pois o curso era bom, e poderia lhes proporcionar inserção no mundo do trabalho.

Eu não quis abandonar o curso. Aproveitei uma oportunidade que tive e a oportunidade passa uma vez só e a gente tem que agarrar. Se a gente parar por causa de uma dificuldade, a gente não vai chegar a

lugar nenhum. Então, eu acho que a gente tem que continuar, sim, porque isso aqui vai ser muito bom para o nosso futuro profissionalizante (Aluna 21).

Categoria 8: Avaliação do currículo e do curso pesquisado (gestores, instrutores e alunos)

Os gestores ressaltaram que o currículo dos cursos ofertados pelo Pronatec era igual aos dos outros cursos ofertados, pela instituição. Destacaram que nos cursos do Pronatec, eram disponibilizadas aulas de “nivelamento” nas disciplinas português e matemática, conforme foi exposto anteriormente.

Em seus depoimentos, os gestores e instrutores avaliaram a matriz curricular e o curso de maneira positiva, enfatizando sua consistência teórica e prática, que era, também, viabilizada pela qualidade de seus laboratórios e oficinas. Os alunos consideraram o curso e o currículo como bons, pois informaram que eles contemplavam os conteúdos que precisavam dominar para se tornarem técnicos de nível médio. Entretanto, alguns estudantes explicitaram a necessidade de o currículo possibilitar um maior número de aulas práticas.

A grade curricular é muito boa, ela te dá uma base muito grande para chegar ao mercado de trabalho. Não é só a teoria, tem que ter a prática muito bem clara, mais aula prática (Aluna 22).

É a grade de um curso técnico, se aprofundar mais, vai virar superior, não é essa intenção. Então, eu acho que está ótima a grade [...] (Aluna 20).

[...] eu ainda acho essa grade curricular do Curso Técnico que o Senai oferece muito consistente, tanto pela questão de ensino quanto pelas práticas de oficina, em que a gente procura trazer para o aluno aqui o máximo de realidade que o mercado oferece. Então, a gente traz um projeto para ele na sala de aula, estuda com o aluno, vai lá, na prática executa esse projeto, sabe? A gente procura trabalhar com recursos audiovisuais, projetor multimídia, visitas técnicas. Então, a grade contempla tudo isso. Eu, pelo menos, vejo como muito consistente (Instrutor 5).

Categoria 9: Avaliação das condições salariais e de trabalho (instrutores)

Todos os instrutores entrevistados informaram que as condições de trabalho eram boas.

Eu considero boas. Por exemplo, a infraestrutura é boa, a coordenação em si também, a relação com os colegas é boa [...] (Instrutor 2).

Os instrutores que não possuíam Curso Superior relataram que as condições salariais eram satisfatórias, mas outros, mais qualificados, questionaram, sobretudo, por não poderem contar com um Plano de Carreira e Salários. Um instrutor também questionou o fato de serem considerados instrutores, e não professores.

• •

Alguns estudantes explicitaram a necessidade de o currículo possibilitar um maior número de aulas práticas

• •



Como não tenho o terceiro grau, acho que o salário é satisfatório, é um bom salário. Agora, eu acho falho, às vezes, para outros tipos de funcionário. Tem funcionário aqui que é pós-graduado e recebe o mesmo salário de um *trainee*. O *trainee* acabou de se formar, ele não tem experiência nenhuma em magistrar, não tem experiência em nada, vira Instrutor, ganha o mesmo que a gente. Ele é um técnico e mais nada, ele não tem nem experiência profissional, não tem nada e ganha o mesmo tanto (Instrutor 2).

As minhas condições de trabalho aqui são boas. Eles me dão material didático, condições, tem flexibilidade. Em relação às questões salariais, a única coisa que nos incomoda é o seguinte: nós somos considerados instrutores, não professores. [...] E nós fazemos tudo que um professor faz. Então, a gente trabalha antes, durante e depois e a gente não recebe essa classe. Nós vamos pra sala de aula, nós elaboramos o material, nós aplicamos provas, nós corrigimos provas, nós levamos pra casa e a gente não recebe essa classe. Enfim, a gente não tem tempo de aposentadoria igual um professor tem. Então, isso é o que mais nos incomoda, isso que vem nos incomodando mesmo no dia a dia. Essa questão de não sermos considerados professores, sermos considerados, tratados, como instrutores (Instrutor 3).

Categoria 10: Avaliação da infraestrutura da instituição (gestores, instrutores e alunos)

A infraestrutura foi avaliada como adequada e com bom nível de atendimento aos objetivos e necessidades nesse curso. Contudo, sujeitos consideraram que o espaço físico da instituição estava ficando “pequeno”, tendo em vista o aumento da demanda na escola.

Hoje, a gente tem uma infraestrutura boa aqui, mas eu acho que o nosso problema é mais espaço físico. Para qualquer instrutor que você perguntar: qual é o problema da instituição hoje? É espaço físico. Então, a gente está tendo que minimizar muita coisa (Instrutor 5).

Eu acho que o Senai está inventando sala demais, coisa que não tem nada a ver, está tirando o nosso espaço até de entrada para colocar salas, eu acho isso errado. A cantina é adequada e tudo mais, o único problema é o espaço para a gente fazer as aulas práticas. Mas os laboratórios são bons (Aluna 21).

Categoria 11: Avaliação do estágio e das atividades que o substituem (gestores e alunos)

O estágio, no curso pesquisado, não era obrigatório³. Embora fossem realizadas atividades práticas, que a ele correspondiam, os alunos atribuíram importância ao estágio e queriam realizá-lo.

[...] Porque essa prática do Senai ajudou bastante a entender a matéria. Mas lá fora é diferente [...] porque é lá que você vai aprender a aplicar a teoria que você aprendeu aqui. Por mais que você tenha feito a prática, posto a ‘mão na massa’, não vai ser a mesma coisa. Você vai aprender é com quem está há muito mais tempo no mercado (Aluna 24).

O estágio é uma oportunidade essencial, só que nós não conseguimos fazer, muitas pessoas não conseguiram fazer. Porque a gente faz o curso no turno da tarde, então é muito difícil arrumar um só na parte da manhã, então a



gente teve essa dificuldade de encontrar estágio, mas o estágio seria uma boa oportunidade pra gente desenvolver o que aprendeu [...] Então, seria bom pra gente realmente ver como é o mercado (Aluna 30).

Se tivesse estágio, o mercado para nós estaria, não mais fácil, mas mais acessível (Aluna 10).

Categoria 12: Perspectivas após a conclusão do curso, inserção no mercado de trabalho e melhorias salariais (alunos)

A maioria dos alunos entrevistados não havia conseguido, até então, nem estágio nem trabalho. No entanto, a maioria declarou que o curso aumentou as suas autoestimas e que, para o futuro, eles esperavam conseguir um estágio e, também, adentrar o mercado de trabalho.

Espero arrumar um emprego e realmente utilizar tudo que eu aprendi, se alguém perguntar qual é a minha profissão, falar 'eu sou técnico em edificação', essa é minha expectativa (Aluna 30).

[...] então, eu quero conseguir um emprego, nem que seja um estágio, para eu ter uma independência financeira e conseguir me manter [...] (Aluna 21).

Tendo o Curso Técnico, o salário é muito bom e, depois, quando já está lá como efetivo, o salário vai ser razoável. Se você não procurar Curso Técnico, não procurar estudar mais, não vai ter condição de ganhar, porque entrar no mercado de trabalho hoje está muito difícil (Aluna 13).

Para mim, a única coisa que eu quero, depois do curso, sinceramente, é absorver o que a gente fez. [...] É lógico que a gente nunca foi fazer estágio, mas o curso dá uma base muito boa para entrar no mercado de trabalho (Aluna 7).

Considerações finais

Conforme foi exposto, o Pronatec tem recebido críticas, contudo, considerando a realidade socioeducacional brasileira, resultante de um histórico processo de dualismo educacional, a oferta de um Curso Técnico de qualidade pode significar a capacitação de muitos jovens carentes para o mercado de trabalho. Assim, na área da Educação Profissional, embora o desejável seja uma maior expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sabe-se que ela acarretaria a aplicação de vultosos recursos financeiros.

Desse modo, tendo-se em vista, por um lado, a necessidade de se formar técnicos de nível

médio e, por outro lado, a premência de se capacitar jovens para a inserção no mundo do trabalho, as pertinentes críticas feitas ao Pronatec, por muitos pesquisadores, conforme foi explicitado, talvez possam ser minimizadas.

Os resultados desta pesquisa indicaram que a implantação do Pronatec na instituição pesquisada foi, no início, um processo trabalhoso que acarretou adaptações, sobretudo, porque teve de ser feita em pouco tempo. Contudo, a instituição pesquisada conseguiu superar as dificuldades e, na atualidade, os cursos do Pronatec têm se desenvolvido de forma satisfatória.

Os sujeitos pesquisados avaliaram o Pronatec e o Curso de Edificações como bons; enfatizaram a importância de o curso ser gratuito, ofertar apostilas bem elaboradas e transporte; afirmaram seus propósitos de se tornarem técnicos e, assim, a evasão ser pequena; consideraram que os cursos de embasamento em português e matemática ajudaram a diminuir suas defasagens; avaliaram a infraestrutura da instituição como satisfatória.

Contudo, fizeram algumas críticas: ao estágio que não era obrigatório e à falta de orientações para realizá-lo em outras instituições/empresas; à falta de um processo seletivo para o ingresso no curso do Pronatec; à distância entre suas residências e a instituição na qual o curso era realizado; às defasagens dos alunos nos conteúdos da Educação Básica; à falta de Plano de Carreira e Salários; ao fato de o magistério ser exercido por instrutores, e não professores; à infraestrutura adequada, mas com reduzido espaço livre disponibilizado, para atender às necessidades de uma demanda crescente de alunos. ■

Notas

¹ Esclarece-se que, na instituição pesquisada, os professores eram denominados de Instrutores.

² Para Bourdieu (1975), os alunos de classes menos favorecidas detêm um baixo nível de “capital cultural”, devido ao fato de suas famílias não terem, sobretudo, hábitos de leitura, de uso de língua culta, de cultivo de habilidades intelectuais refinadas de ir ao cinema, teatro, recitais de arte, de realizarem viagens, entre outras privações culturais.

³ Segundo o artigo 2º, da Lei nº 11.788/08, o estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das Diretrizes Curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do Projeto Pedagógico do curso. O estágio obrigatório é definido como tal no projeto do curso em cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. Já o estágio não obrigatório é desenvolvido como atividade opcional (BRASIL, 2008, p. 7-8).

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.
- BRASIL. Lei n. 12.513 de 26 de outubro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 out. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pronatec**. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/pronatec.html>>. Acesso em: 5 maio 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pronatec**: cursos gratuitos. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional/cursos-gratuitos>>. Acesso em: 9 fev. 2014.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Nova cartilha esclarecedora sobre a Lei do Estágio**: lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/politicas_juventude/cartilha_lei_estagio.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2013.
- CASTIONI, Remi. Planos, projetos e programas de educação profissional: agora é a vez do PRONATEC. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 26, n. 1, p. 25-42, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/sociaisehumanas/article/view/5921/pdf>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. Os riscos do PRONATEC para a educação técnica profissional. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 5, n. 8, p. 179-184, jan./jun. 2011.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO. **Posicionamento da CONTEE sobre Projeto de Lei 1209/2011**. Brasília, DF, [2012?]. Disponível em: <<http://www.contee.org.br/noticias/contee/docs/PRONATEC.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.
- CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2000.
- FRANZOI, Naira Lisboa; SILVA, Carla Odete Balestro; COSTA, Rita de Cássia Dias. Projeção e Pronatec: a dança dos atores entre a formulação e a implementação de políticas governamentais. In: SIMPÓSIO DA ANPAE, 26. **Anais...** Recife: ANPAE, 2013. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/NairaLisboaFranzoi-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2013.
- GUIMARÃES, Cátia. Rumos da educação profissional: versão final do PRONATEC mantém as principais polêmicas do projeto original. **Revista Poli**, Rio de Janeiro, p. 18-20, jan./fev. 2012.
- LIMA, Marcelo. Problemas da educação profissional do governo Dilma: PRONATEC, PNE e DCNEMs. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n.2, p. 73-91, maio/ago. 2012.
- LIMA, Marcos Ricardo de. **PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**: uma crítica na perspectiva marxista. [S.l.: s.n., 2012]. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/pronatec.pdf>>. Acesso em: maio 2013.

LÜSCHER, A. Z.; DORE, R. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. **RBPG: revista brasileira de pós-graduação**, Brasília, DF, v. 8, p. 147-176, dez. 2011. Suplemento 1. Disponível em: <http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.8_suplemento/capitulo5.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2013.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, Maria Margarida; GARCIA, Lênin Tomazett. Passado e presente na formação de trabalhadores jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 45-64, 2013.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro et al. **Políticas públicas para a educação profissional**: estudo do Programa de Educação Profissional ofertado pelo Governo Aécio Neves, 2011: relatório de pesquisa. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011.

SALDANHA, Letícia de Luca Wollmann. **O PRONATEC e a relação ensino médio e educação profissional**. [S.l.: s.n., 2012]. Trabalho apresentado no ANPED Sul: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 9., 2012, Caxias do Sul.

SANTOS, Maurício Ivan dos; RODRIGUES, Romir de Oliveira. Relações entre o público e o privado na educação profissional e tecnológica: alguns elementos para a análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). **Tear**: revista de educação, ciência e tecnologia, Canoas, v. 1, n. 2, 2012.

SANTOS, Simone Valdete dos. **Políticas atuais da educação profissional e tecnológica**: contextos de efetivação do PROEJA. [S.l.: Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação e Trabalho, 2012?]. Trabalho apresentado no Simpósio Ensino Médio Integrado, 2012, Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/det/palestra1_PROEJA.pdf>. Acesso em: fev. 2013.

SILVA, Roberto Bitencourt da. A educação técnica e profissional e a Lei do Pronatec. **Democratizar**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, jan./jul. 2012.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Ser professor**: pistas de investigação. Brasília, DF: Plano, 2002.